



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

As Metas Preconizadas para a Educação e a Pesquisa Integrada às Práticas Atuais 3



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

As Metas Preconizadas para a Educação e a Pesquisa Integrada às Práticas Atuais 3

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
M587	<p>As metas preconizadas para a educação e a pesquisa integrada às práticas atuais 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-86002-91-1 DOI 10.22533/at.ed.911201304</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.71</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Toda cultura científica deve começar por uma catarse intelectual e afetiva. Resta, então, a tarefa mais difícil: colocar a cultura científica em estado de mobilização permanente, substituir o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico, dialetizar todas as variáveis experimentais, oferecer enfim à razão razões para evoluir. (Gaston Bachelard).

A pesquisa integrada às práticas atuais é um fenômeno que, inegavelmente, converge para a necessidade de mudança nos programas formativos voltados para modelos meramente instrucionistas e burocratizados, uma vez que na atualidade a competência do profissional docente deve ir muito além das fronteiras disciplinares e dos procedimentos de transmissão do conhecimento. O formalismo que tem contornado a pesquisa de muitas de nossas universidades coloca o ensino em uma posição ambígua, pois, de um lado, ele é supervalorizado, muito embora de forma equivocada, já que a instrução tem sido o seu maior motivo de existência; de outro, ele é menosprezado, porquanto a pesquisa, para muitos, é atividade inegavelmente mais nobre que ensino, essa querela atravessa diariamente as portas da universidade e invade o cotidiano das escolas, tendo como porta-voz um professor programado para 'dar' aulas, aplicar provas, atribuir notas, aprovar ou reprovar os alunos. Estas vítimas de um sistema de ensino ultrapassado e reprodutor de ideologias dominantes, prosseguem toda a sua vida escolar na posição de receptáculos de conteúdo, ouvintes acomodados e repetidores de exercícios vazios de sentido e significado. Esse é um fato por nós conhecido, o qual requer ordenamentos políticos, econômicos e pedagógicos para assegurar o desenvolvimento de uma nova cultura docente. Cultura esta que demanda a presença da pesquisa como princípio científico e educativo, tal como formulado

A pesquisa vem sendo, cada vez mais, foco de discussões em diversos contextos educativos, em diferentes campos do conhecimento. Na área da educação, apresentam-se argumentos que discutem a pesquisa enquanto dispositivo para um desenvolvimento imaginativo que incentiva e possibilita reflexões, tomadas de decisões, resoluções de problemas e julgamentos que valorizam o aluno enquanto protagonista de seu próprio processo de aprendizagem. Pensar sobre a pesquisa na educação implica considerar diferentes aspectos, envolvendo questões sociais, culturais, psicológicas, antropológicas, históricas e políticas nas mais diversas dimensões da vida. A pesquisa vem sendo compreendida como uma demanda social, principalmente no que se refere aos processos de aprendizagem. É importante perceber como a pesquisa é relevante para todos os aspectos da aprendizagem. Esses argumentos repercutem no âmbito educacional, à medida que se compreende a importância de que os estudantes tenham a oportunidade de se posicionar diante de situações com autonomia, tomando decisões e construindo

suas identidades, incertezas, complexidades, progressos e mudanças e isto vêm gerando desafios e problemáticas imprevisíveis, requerendo soluções criativas. Nesse sentido, a educação, de modo geral, deveria acompanhar essas mudanças e desafios da atualidade. Os trabalhos destacam a relevância das pesquisas a importância das práticas criativas nos processos de ensino e aprendizagem, o incremento dessas práticas em diferentes contextos educacionais. É importante destacar que, as pesquisas são utilizadas de forma distinta para definir os campos teórico-conceituais e da prática educativa. Desse modo, a pesquisa se refere ao estudo das teorias, conceitos e definições. É evidente que a importância da pesquisa, a problematização nos tempos atuais, enfatizando a essência do diálogo, que consiste na ação e na reflexão do conhecimento do homem frente à realidade do mundo, interpretando-o, tendo em vista a possibilidade de se vislumbrar um mundo bem.

Por fim não apenas recomendo a leitura dos textos do e-book “As Metas Preconizadas para a Educação e a Pesquisa Integrada às Práticas Atuais” e dos 97 artigos divididos em 04 volumes, mais do que isso, sugiro o estudo efetivo a fim de mobilizar nossas mentes a promover o debate ainda mais acirrado diante da conjuntura política dos tempos atuais, a fim de fortalecer o movimento cotidiano.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EXPERIÊNCIA COM JOGOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO USO DE RECURSOS LÚDICOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM ESCOLAR	
Natielly de Almeida Santiago Rebeca Talia Ximenes Parente Maria José Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.9112013041	
CAPÍTULO 2	8
IMPLICAÇÕES DA MATERNIDADE ADOLESCENTE: UM ESTUDO ESTATÍSTICO SOBRE O (IN) SUCESSO ESCOLAR	
José Edilson Gonçalves dos Santos Maria Fernanda Sousa Oliveira Elias Inácio Chavier Neto Maria Débora Maciel Nunes Dávila Damasceno de Macedo Pereira Josefa Maria da Silva Cícera Maria de Brito Roberta Maria Arrais Benício	
DOI 10.22533/at.ed.9112013042	
CAPÍTULO 3	14
FATORES DA APRENDIZAGEM QUE CONTRIBUEM PARA O MELHORAMENTO DO AÇAÍ	
Luis Fernando Pires Pinto Edson Aparecida de Araújo Querido de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9112013043	
CAPÍTULO 4	29
INCLUSÃO, CIDADANIA E HOMOSSEXUALIDADE: IMPLICAÇÕES E PERCEPÇÕES NAS CLASSES DA EJA	
Yara da Paixão Ferreira Sônia Vieira de Souza Bispo Nildélia Souza Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9112013044	
CAPÍTULO 5	40
INTELIGÊNCIA COLETIVA – ESTUDO COLABORATIVO NO ENSINO DA ARTE EM GRUPO DE APOIO AO PACIENTE ONCOLÓGICO	
Genilda Alves Nascimento Melo Célia Jesus dos Santos Silva Andreia Quinto dos Santos Silvana Ramos da Silva Carlos Alexandre Lima Reis Geisa Alves Ribeiro Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.9112013045	
CAPÍTULO 6	48
LETRAMENTO DIGITAL: USO DAS TECNOLOGIAS NO COTIDIANO DOS ALUNOS DA EJA	
Emilaine Rose dos Santos Misael de Oliveira Lins	

CAPÍTULO 7 56

O PROCESSO DE ACOLHIMENTO E DE SOCIALIZAÇÃO EM UMA ESCOLA DE ENSINO INFANTIL NA CIDADE DE QUIXADÁ

[Benjamim Machado de Oliveira Neto](#)

DOI 10.22533/at.ed.9112013047

CAPÍTULO 8 68

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ALUNO ADULTO NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS PARA O TRABALHO DOS PROFESSORES

[Mariana de Vasconcelos Neves](#)

[Mariana Lira Ibiapina](#)

DOI 10.22533/at.ed.9112013048

CAPÍTULO 9 79

O PROFESSOR DE MATEMÁTICA COMO MEDIADOR DA RELAÇÃO ENTRE ALUNOS E O SABER MATEMÁTICO

[Jonathas Oliveira Braga](#)

[Evando Brito da Silva](#)

[Iranilde Oliveira de Farias](#)

[Amaya de Oliveira Santos](#)

DOI 10.22533/at.ed.9112013049

CAPÍTULO 10 87

O QUE NOS MOVE? A FORMAÇÃO INICIAL/CONTINUADA DE PROFESSORAS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

[Luciana Ribeiro Alves Vieira](#)

[Yara Fonseca de Oliveira e Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.91120130410

CAPÍTULO 11 98

O USO DO *SMARTPHONE* EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA EM TURMAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

[Justina Oliveira Neta](#)

[José Raimundo Carneiro Santos](#)

[Jocenildes Santos Zacarias](#)

DOI 10.22533/at.ed.91120130411

CAPÍTULO 12 105

O USO DO MATERIAL DOURADO, A MULTIPLICAÇÃO NOS NÚMEROS RACIONAIS E A TECNOLOGIA COMO INCENTIVADORA NO ENSINO: UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA VIVENCIADA POR PIBIDIANOS

[Bruno Ribeiro Luna](#)

[Carlos da Silva Barbosa](#)

[Herlaine Estefani Barros Neris](#)

[Jefferson Henriques Bezerra](#)

[Poliana de Brito Moraes](#)

DOI 10.22533/at.ed.91120130412

CAPÍTULO 13 118

POLÍTICAS PÚBLICAS EM CONTEXTOS HISTÓRICOS DE EMPOBRECIMENTO. (UBERLÂNDIA/MG - 1990-2002)

[Sérgio Paulo Moraes](#)

CAPÍTULO 14	135
OS PARTIDOS DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO	
Ludmila Bahia Franco Faria	
Marcio Danelon	
Mauro Sérgio Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.91120130414	
CAPÍTULO 15	148
O LÚDICO E A DIVERSÃO NA APRENDIZAGEM DE INGLÊS NA UNIVERSIDADE	
Nathalia Teresinha Valiati	
Domingos Perego Junior	
André Sandmann	
Katiane de Oliveira Comachio	
Giulia Freire dos Santos	
Vanessa Hlenka	
Guilherme Timbola	
DOI 10.22533/at.ed.91120130415	
CAPÍTULO 16	155
POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO E CONSERVADORISMO NO CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO	
Rosiléa Agostinha de Araújo	
Lorena Kelly Alves Pereira	
Geovane Gomes de Araújo	
Glauberto da Silva Quirino	
DOI 10.22533/at.ed.91120130416	
CAPÍTULO 17	167
PROFESSOR DA ESCOLA BÁSICA E A BNCC – PROCESSOS FORMATIVOS OU RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA?	
Genilda Alves Nascimento Melo	
Célia Jesus dos Santos Silva	
Andreia Quinto dos Santos	
Silvana Ramos da Silva	
Carlos Alexandre Lima Reis	
Geisa Alves Ribeiro Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.91120130417	
CAPÍTULO 18	179
PROFISSÃO E TRABALHO: UMA ABORDAGEM ATRAVÉS DA PSICOLOGIA TRANSPESSOAL	
Eliana Braga Garcia de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.91120130418	
CAPÍTULO 19	194
PROJETO JOVEM DE FUTURO: UMA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA COM DIRETRIZES ESCOLARES PARA AS JUVENTUDES DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO	
Elsivan Machado Barbosa da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.91120130419	

CAPÍTULO 20	200
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES SENSORIAIS NA HORTA ESCOLAR COM ALUNOS ESPECIAIS DA SALA DE RECURSO (AEE) NA ESCOLA MUNICIPAL	
Tanilson Enedino da Silva	
Fabiana Gomes da Silva	
Thayz Rodrigues Enedino	
DOI 10.22533/at.ed.91120130420	
CAPÍTULO 21	209
QUAL O RECADO DOS ERROS EM QUESTÕES DE ESTATÍSTICA DESCRITIVA NO ENEM 2016 PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA?	
Ivone da Silva Salsa	
Iloneide Carlos de Oliveira Ramos	
Raquel Basílio Santos	
DOI 10.22533/at.ed.91120130421	
CAPÍTULO 22	221
PROPRIEDADES DA ÁGUA E OS EVENTOS BIOLÓGICOS: APRENDIZAGEM A PARTIR DO ENSINO DE CIÊNCIAS POR INVESTIGAÇÃO	
Gláudia Martins Balbino da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.91120130422	
CAPÍTULO 23	231
REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: COMO ELA É AVALIADA POR SEUS PROTAGONISTAS?	
Isabel Cristina de Aguiar Orquiz	
Jhennife Renniele de Sousa Costa Costa	
Fabiola de Sousa França França	
Pollyanna Carvalho Ferreira Ferreira	
Rosa Mirian de Lima Medeiros Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.91120130423	
CAPÍTULO 24	248
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA DE BIOLOGIA: PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA EM SUA FORMAÇÃO DOCENTE, JOÃO PESSOA-PB, BRASIL	
Ana Laura Calazans dos Santos	
Antonia Arisdélia Fonseca Matias Aguiar Feitosa	
Flávio Vieira Carvalho da Silva	
Luis Guilherme Teixeira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.91120130424	
CAPÍTULO 25	260
REUTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL: RESÍDUOS QUE CONSTROEM	
Victor Rodrigues Silva	
Vania Mastrorocco Brand	
DOI 10.22533/at.ed.91120130425	
CAPÍTULO 26	267
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A GESTÃO ESCOLAR EM UMA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL (ETEC) DO INTERIOR DE SÃO PAULO	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Carlos Simão Coury Corrêa	
Melissa Camilo	

Débora Cristina Machado Cornélio
Dayana Almeida Silva
Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Valquiria Nicola Bandeira
Marilurdes Cruz Borges
Fernando Sabchuk Moreira

DOI 10.22533/at.ed.91120130426

SOBRE A ORGANIZADORA.....	308
ÍNDICE REMISSIVO	309

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: COMO ELA É AVALIADA POR SEUS PROTAGONISTAS?

Data de aceite: 27/03/2020

Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

Mestra em Educação, UFSM/RS. Especialista em Gestão Escolar com ênfase em: Administração, Supervisão e Orientação Escolar, UFSM/RS. Pedagoga, FAFRA/RS. Docente efetiva, UFPI, CSHNB, Picos/PI. isabelorquiz@ufpi.edu.br

Jhennife Renniele de Sousa Costa Costa

Pedagoga, UFPI, CSHBN, Picos/PI. jeehrennielly@outlook.com

Fabiola de Sousa França França

Pedagoga, UFPI, CSHBN, Picos/PI. fabiola.sousa2014@hotmail.com

Pollyanna Carvalho Ferreira Ferreira

Pedagoga, UFPI, CSHBN, Picos/PI. pollyannacarvalho@yahoo.com.br

Rosa Mirian de Lima Medeiros Medeiros

Pedagoga, UFPI, CSHBN, Picos/PI. mirianlimaloirinha@gmail.com

RESUMO: Esta pesquisa versa sobre a Educação de Jovens e Adultos, considerando aspectos avaliados por seus protagonistas. Caracteriza-se como um estudo descritivo com abordagem qualitativa, desenvolvida em uma escola que possui a oferta da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos, na cidade de Picos, Piauí. Sua realização nasce da questão problema: Quais as contribuições

na formação pessoal e profissional dos alunos e a relevância da modalidade EJA na visão de seus professores? Considerando a temática em voga, desenhamos como objetivo: Identificar as dificuldades vivenciadas por alunos e professores no contexto escolar da modalidade EJA. Como instrumento de coleta de dados, lançamos mão do questionário, enquanto as análises dos achados se deram à luz do referencial teórico utilizado no estudo. Assim, o aporte teórico do estudo tem autores como, Haddad (1991), Vieira (2004), Soares (2002), Perrenoud (1999), LDB nº. 9.394/96, Minayo (2001), Richardson (2012). Portanto, dar oportunidade a jovens e adultos, no que tange a sua escolarização é relevante para que tais sujeitos possam transformar sua realidade no contexto social, político e profissional, essenciais para o exercício consciente da cidadania.

PALAVRA-CHAVE: Modalidade EJA. Alunos e Professor. Contribuições formação pessoal e profissional. Contexto Social, Político, Profissional.

INTRODUÇÃO

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. (DECLARAÇÃO DE HAMBURGO SOBRE A EJA).

Alfabetizar jovens e adultos não é apenas um ato de ensino–aprendizagem, é a construção de uma perspectiva de mudança, ao contrário do período da colonização no Brasil, quando nas poucas escolas da época só havia atendimento escolar para pessoas bem-nascidas, ou seja, das classes média e alta. Nesse cenário, a maior parte da população era excluída do processo de escolarização, logo as classes pobres não possuíam nenhuma instrução escolar e, quando recebiam, era de forma indireta. Neste contexto, pode-se perceber que a EJA, até pouco tempo, não era vista como necessária, pois foi a partir das transformações no processo de trabalho concomitante com as demandas do modelo industrial que esse conceito mudou e surgiu a necessidade de um “operário pensante”. Registra-se que, com a vinda da família Real para o Brasil, implantou-se o processo de escolarização de adultos, com o objetivo de preparar serviços habilitados para as exigências da corte, para cumprirem as tarefas exigidas pelo Estado.

Diante desse quadro, surge a necessidade da implantação de políticas públicas para assegurar esta modalidade de ensino, tendo em vista que as mesmas não têm cumprido o seu papel de assegurar um ensino de qualidade que amenize o quadro de analfabetismo existente. É visível a falta de compromisso do Estado em ofertar a EJA, esta modalidade de ensino que deve ser oferecida com o intuito de contemplar as pessoas (semi) analfabetas, por meio de uma educação de qualidade que possibilite uma formação pessoal e profissional adequada, para que estas possam ter uma participação significativa na sociedade contemporânea. A LDB nº 9394/96, no Artigo nº. 37, estabelece que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. No parágrafo §2º, cita que o poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

A Educação de Jovens e Adultos / EJA é de grande relevância tanto no âmbito social e político como profissional, possibilitando que tais sujeitos possam transformar o meio em que vivem, obtendo a ascensão através da educação. Contudo, é preciso superar paradigmas de que o ensino da EJA seja inferior ao regular, quando na realidade o que falta é uma formação específica para essa modalidade de ensino.

Nessa tessitura, questionamos: Quais as contribuições na formação pessoal e profissional dos alunos e a relevância da modalidade EJA na visão dos professores? Diante dessa inquietação, definimos como objetivo identificar as dificuldades vivenciadas por alunos e professores no contexto escolar da modalidade EJA, em unidade escolar da rede estadual de ensino, localizada em bairro periférico na cidade de Picos-PI.

Para o desenvolvimento dessa investigação, optamos pela pesquisa qualitativa com abordagem descritiva, considerando as concepções sobre a importância e as contribuições da Educação de Jovens e Adultos / EJA, para a formação política, profissional e cidadã para seus protagonistas. Sobre essa investida, podemos dizer que é um modelo de pesquisa mais flexível e possível de se realizar. Nas palavras de Minayo (2001, p. 46), “A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Passemos a apresentação do aporte teórico do estudo, construído com base em estudos realizados por pesquisadores da temática e alguns aspectos legais.

APORTE TEÓRICO DO ESTUDO

A História da Educação de Jovens e Adultos - EJA apresenta muitas variações ao longo do tempo, demonstrando estar estreitamente ligada às transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizaram os diferentes momentos históricos do país. Inicialmente, a alfabetização de adultos para os colonizadores tinha como objetivo instrumentalizar a população, ensinando-a a ler e a escrever. Essa concepção foi adotada para que os colonos tivessem condições de ler o catecismo e seguir as ordens e instruções da corte, os índios pudessem ser catequizados e, mais tarde, para que os trabalhadores conseguissem cumprir as tarefas exigidas pelo Estado.

Desde a Revolução de 1930, as mudanças políticas e econômicas permitiram o início da consolidação de um sistema público de educação elementar no país. A Constituição Federal de 1934 estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação, que indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos. Em 1945 surgiram muitas críticas aos adultos analfabetos. Entretanto, a luta com garra e dedicação por uma educação de qualidade para todos fez com que a educação de adultos ganhasse destaque na sociedade.

Através da Campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947, abre-se a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil. No meio urbano visava à preparação de mão de obra alfabetizada para atender às necessidades do contexto urbano-industrial. Na zona rural, visava a fixar o homem no campo, além de integrar os imigrantes e seus descendentes nos estados do Sul.

Em 1949, o Seminário Interamericano de Educação de Adultos vem como outra atividade que colabora com as iniciativas para que se mude o cenário no que diz respeito à educação da pessoa adulta.

Nos anos 50, é realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) e, na década de 1960, o Movimento da Educação de Base (MEB). Logo após, em 1967, o governo militar cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o intuito de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada.

Na década de 70 destaca-se no país o ensino supletivo, criado em 1971 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº 5692/71. Na visão de Haddad (1991), os Centros de Estudos Supletivos não atingiram seus objetivos verdadeiros, pois não receberam o apoio político nem os recursos financeiros suficientes para sua plena realização. Além disso, seus objetivos estavam voltados para os interesses das empresas privadas de educação.

Nos anos 80 foi possível implantar a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar), vinculada ao Ministério da Educação.

Somente em 1996, surge a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº. 9.394/96, que reafirma o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico e ao dever público, sua oferta gratuita, estabelecendo responsabilidades aos entes federados através da identificação e mobilização da demanda, com garantia ao acesso e permanência (BRASIL, 1996). Ainda a década de 90, podemos mencionar o Programa Alfabetização Solidária PAS – criado pela Comunidade Solidária.

Em 2003, o governo federal criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, lançando então o Programa Brasil Alfabetizado, nele incluídos o Projeto Escola de Fábrica (voltado para cursos de formação profissional), o PROJOVEM (com enfoque central na qualificação para o trabalho, unindo a implementação de ações comunitárias) e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) (VIEIRA, 2004).

O adulto analfabeto defronta-se com a sociedade letrada e necessita de, no mínimo, saber enfrentar a tecnologia da comunicação para que, como cidadão, saiba lutar por seus direitos, pois, ao contrário, torna-se vítima de um sistema excludente e pensado para poucos (FRIEDRICH et.al, 2010).

A partir desta pesquisa, consideramos necessário proceder ao exame da legislação vigente, pois esta indica as diretrizes do trabalho educativo e da formação

dos educadores dessa e das demais modalidades de ensino. Para tanto, explorar os aspectos legais é útil e possui caráter informativo, uma vez que a socialização das políticas públicas permite que os educadores conheçam as possibilidades e os limites da atuação docente, podendo fazer uso das orientações contidas nos textos legais por meio do conhecimento de seus direitos e dos direitos dos educandos. Assim, é importante a análise sobre este estudo que tem por finalidade trazer nossas vivências enquanto profissionais da Educação da modalidade EJA e a estreita relação do fazer pedagógico e do ideal ao real.

Começaremos por demonstrar a evolução conceitual da educação das pessoas jovens e adultas a partir da década de 1970, quando foi instituído o ensino supletivo e posteriormente, na década de 1990, quando houve o alargamento do conceito de suplência e suas implicações na prática docente.

Segundo a legislação educacional brasileira, a Educação de Jovens e Adultos foi legalmente reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96 como uma das modalidades do ensino fundamental que integra a Educação Básica. Ao ser alçada a tal status, reflete considerável avanço conceitual sobre sua antecessora, a Lei LDB 5692/71, que instituiu o Ensino Supletivo.

De acordo com Soares (2002, p. 12),

[...] a LDB 9394/96 [...], nos artigos 37 e 38, que dizem respeito diretamente à Educação de Jovens e Adultos, a lei incorporou a mudança conceitual de EJA que se dava desde o final dos anos de 1980. A mudança de “ensino supletivo” para “educação de jovens e adultos” não é uma mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação.

Consideramos pertinente reafirmar que a mudança do antigo Ensino Supletivo para a atual Educação de Jovens e Adultos não se trata apenas de uma “atualização vocabular”, conforme nos esclarece Soares (2002). A atual denominação dessa modalidade de ensino traz embutida uma nova concepção para essa educação, através da inclusão de aspectos conceituais que a caracterizam e norteiam sua efetivação junto ao público atendido.

É importante lembrar que, para a época em que foi promulgada, a Lei LDB 5.692/71 foi inovadora, pois introduziu o conceito de supletividade. Até então, nenhuma outra legislação federal havia contemplado a educação de pessoas jovens e adultas.

Em concordância com a Constituição Federal (1988), a Lei LDB 9.394/96, na seção V, do Capítulo II, do Título V, prevê no Artigo 37 – A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. No Parágrafo 1º cita - Os sistemas de ensino assegurarão, gratuitamente, aos jovens e aos adultos, que não puderam

efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas como as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

O parágrafo 1º, do Artigo 37, da Lei LDB 9.394/96, pode ser considerado um marco legal na história da Educação de Jovens e Adultos, pois, ao assegurar oportunidades educacionais apropriadas ao alunado, considerando suas condições de vida e de trabalho, lança as bases para a caracterização desse tipo de educação enquanto uma modalidade de ensino, o que pressupõe a seleção de conteúdo, de metodologias, de estratégias pedagógicas, de materiais didáticos que atendam às especificidades dos alunos. Enfim, configura-se conforme as características e necessidades próprias do trabalho educativo voltado ao atendimento dos educandos jovens e adultos.

Destacamos o Artigo 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; [...] IX – garantia de padrão de qualidade; X – valorização da experiência extraescolar; XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996). Isso diz respeito à valorização dos saberes dos educandos, ao aproximar as vivências de outras práticas sociais da educação escolar, por meio da valorização das experiências formativas proporcionadas por outros ambientes, que não o escolar.

Em seu Artigo 6º, a Lei LDB 9394/96 trata da formação dos docentes para a Educação Básica em geral, o que inclui o ensino fundamental em todas as suas modalidades, inclusive a Educação de Jovens e Adultos. A legislação estabelece a necessidade de uma formação adequada para se trabalhar com os educandos dessa modalidade de ensino, atendendo às características específicas dos trabalhadores matriculados nos cursos noturnos. Essa conquista legal representa um avanço que se refere à formação dos educadores, pois, além de prever a necessidade de formação adequada, estabelece que sejam respeitadas as características específicas dos alunos, inclusive sua condição de trabalhadores.

Portanto, é importante a análise destes aspectos, pois eles firmam a caminhada da Educação de Jovens e Adultos e apontam as diretrizes para a formação dos educadores dessa modalidade educativa, no intuito de destacar a relação entre educadores e educandos no reconhecimento dos saberes dos educandos no ambiente escolar e suas características, que podem dar-se por meio do diálogo entre ambos no processo educativo. A efetivação na prática pedagógica pode resultar em um ganho qualitativo, pois contribui para a formação dos sujeitos envolvidos no processo educativo, pois é algo que vai além da dimensão das competências técnicas e requerem um posicionamento pessoal do educador.

Diante do exposto, cabe aludir o Parecer nº 11/2000, CNE/CEB, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, Relator(a) Conselheiro(a): Carlos Roberto Jamil Cury, aprovado em:10.05.2000. Tal Parecer apresenta fundamentos, conceito e funções da EJA, bases legais das Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA, cursos de EJA, exames supletivos, cursos a distância e no exterior, bases histórico-sociais da EJA, iniciativas públicas e privadas, indicadores estatísticos da EJA, formação docente para a EJA, metodologia de ensino, avaliação da aprendizagem, relação com o mundo do trabalho e outros aspectos.

Na sociedade em que vivemos, onde o professor é visto apenas como um reproduzidor de conhecimento, é visível a sua desvalorização profissional, entretanto existe uma necessidade do seu trabalho enquanto mediador no processo de formar cidadãos capazes de superar o fracasso e as desigualdades escolares. Destarte é de grande importância repensar a formação inicial e contínua do professor, pois, a partir de suas práticas pedagógicas, o educador necessita refletir sobre suas práticas no contexto escolar, já que ser professor não é uma atividade burocrática por meio da qual se pode adquirir conhecimentos e habilidades técnico-mecânicas, o educador é responsável por desenvolver em seus alunos o processo de humanização, possibilitando-lhes construir seus saberes e fazeres docentes, a partir das necessidades e desafios do ensino.

É fundamental que os educadores da EJA saibam que os saberes da experiência não bastam, é preciso uma formação profissional de qualidade e de uma metodologia de ensino adequada à realidade dos alunos, além do compromisso com um ensino emancipador, voltados para as camadas populares, é necessário modificar o discurso entre o falar e fazer, permitindo aos professores expressarem seu potencial como cidadãos.

De acordo com Pinto (2000), o professor de pessoas jovens e adultas, tem que admitir continuamente que os indivíduos com os quais atua são pessoas normais e cidadãos úteis. O educador deve considerar o aluno não como um ser marginalizado, mas como um produto normal da sociedade em que vive. É necessário que as políticas públicas invistam na formação dos professores da EJA, com a finalidade de que esses docentes tenham condições adequadas para atuarem com responsabilidade e competência no ensino de jovens e adultos, na perspectiva transformadora dos cidadãos e cidadãs.

Ao se formular um currículo emancipatório para a EJA, é necessário conhecer os sujeitos com quem se pretende trabalhar: quem são eles, o que fazem e quais os percursos de vida construídos por eles. As políticas públicas educacionais devem ser desenvolvidas não apenas para garantir a educação básica, mas para ir além; devem proporcionar outros espaços de educação que lhes permita a continuidade

em estudos mais avançados e também o acesso a espaços de produção de cultura e, principalmente, o direito a ter um trabalho, onde o trabalho não seja apenas um meio de exploração de mão de obra, e sim um processo educativo, onde se forma enquanto produtor de bens e serviços e com direito a usufruir estes bens e serviços.

Possani (2010) salienta que os currículos emancipatórios, na perspectiva de políticas públicas, teriam a responsabilidade de fazer muito mais pelos jovens e adultos do que apenas ensinar a ler e a escrever, ou seja, os currículos emancipatórios deveriam possibilitar ao educando se tornar um ser crítico, capaz de comunicar-se com o mundo letrado, pois o direito à educação e à escolarização é para todos. Falar de sujeito e de direitos é também poder falar de pessoas bem alimentadas, com saúde, com trabalho, com lazer, com moradia decente. Logo é falar de sujeitos com direitos a ter direitos, é falar desse sujeito real, coisa que os currículos escolares não fazem.

No processo de construção e de reorientação curricular para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em uma visão emancipatória, é necessário destacar que as mudanças não se referem apenas à reformulação dos conteúdos e métodos de ensino, mas a uma nova concepção de educação calcada nos princípios da justiça e também da solidariedade, coerente com o propósito de emancipação das pessoas envolvidas no processo de ensino (POSSANI, 2010).

Em geral, no Brasil os alunos que fazem parte da EJA são aqueles que se ausentaram do espaço, por algum motivo, tiveram que abandonar os estudos; seja para trabalhar, seja por gravidez na adolescência, evasão escolar ou algo que causou algum trauma. O que torna os jovens e adultos do EJA iguais é simplesmente a classe à qual pertencem, fazem parte da classe popular, são pessoas que vivem em desigualdade social.

No que tange ao público da EJA, vê-se que são pessoas de origem humilde, adultos que trabalham durante o dia, mães solteiras, alunos que largaram os estudos por terem casado ainda menores de idade, que engravidaram durante a adolescência ou simplesmente porque não foram estimulados a seguirem com os estudos, causando a evasão. A este público deve-se dar um olhar diferenciado que promova a superação de traumas e paradigmas vivenciados no cotidiano de suas vidas, sobretudo, porque atinge o processo de escolarização de tais pessoas.

O Parecer CNE/CEB nº 15/98, têm um perfil a ser considerado cuja caracterização se estende também aos alunos do ensino fundamental:

[...] são adultos ou jovens adultos, via de regra mais pobres e com vida escolar mais acidentada. Estudantes que aspiram a trabalhar, trabalhadores que precisam estudar, a clientela do ensino médio tende a tornar-se mais heterogênea, tanto etária quanto socioeconomicamente, pela incorporação crescente de jovens adultos originários de grupos sociais, até o presente, sub – representados nessa

A relação entre professor e aluno é de extrema relevância, pois há sempre que ter um diálogo mútuo e uma boa convivência, além de incluir, por parte do professor, práticas pedagógicas que facilitem os conteúdos ministrados nas disciplinas. Com isso, é necessário que o educador permita que aluno dialogue com os conteúdos de sala como também com os assuntos que vivenciam, desenvolvendo um bom relacionamento por meio do qual o aprendizado se torne mais eficiente e proporcione um maior engajamento de ambas partes.

Freire ressalta que “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou sua construção” (FREIRE, 1996, p. 25). Desse modo, o diálogo é essencial para aquisição e produção de conhecimento tanto por parte do educador como do educando.

A avaliação precisa estar voltada para a orientação do futuro dos alunos, não para medi-los ou classificá-los. Boa parte dos alunos na EJA sofreram em escolas que os tacharam como incapazes, provocando a repetência ou até mesmo a evasão. Avaliar a aprendizagem é observar o que o aluno aprendeu, auxiliá-lo nesse aprendizado, sem medir e sem vê-lo como uma nota.

Vasconcelos (1988, p. 43), ao referir-se a avaliação, menciona que “A avaliação deve ser um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática no sentido de captar seus avanços e possibilitar uma tomada de decisões, acompanhando a pessoa em seu processo de crescimento.” É fundamental que haja uma avaliação cuja vivência seja marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da construção da autonomia, da mediação, da participação, da construção da responsabilidade com o coletivo.

Tendo concluído a breve explana sobre o aporte teórico da pesquisa, seguiremos com a apresentação dos aspectos metodológicos do trabalho, onde se traça um caminho para alcançar o objetivo proposto acerca da realidade da EJA, conhecendo um pouco mais das perspectivas de seus protagonistas.

PERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO

O presente trabalho configura-se como uma pesquisa qualitativa com abordagem descritiva.

De acordo com Ludke e André (1986, p. 18) o estudo qualitativo “é aquele que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um pano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.”

Para Gil (2010, p. 28), as pesquisas classificadas como descritivas tem como objetivo principal, “[...] a descrição das características de determinada população

ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. [...]. As pesquisas descritivas são [...], as que habitualmente realizam os pesquisadores preocupados com a atuação prática.”

A pesquisa tem como objeto de estudo a avaliação sobre a EJA, observando as concepções sobre a importância e as contribuições da Educação de Jovens e Adultos / EJA para formação política, profissional e cidadã dos partícipes da pesquisa.

Para se conhecer a realidade da EJA, visitamos uma turma da 6ª etapa, de uma unidade escolar da rede estadual de ensino, localizada no bairro periférico, cidade de Picos-PI, onde alunos e professor foram convidados a participar do estudo. Após terem aceitado o convite aplicamos instrumento de coleta de dados.

Utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário para os alunos e um professor. Esse questionário contém questões abordando peculiaridades dessa modalidade de ensino, elementos da configuração da prática pedagógica desenvolvida, bem como a avaliação que esses protagonistas fazem acerca desse processo de escolarização, seus desafios e suas possibilidades no cenário social contemporâneo. Por questões éticas, não revelamos as identidades dos partícipes do estudo.

O questionário permite que cada sujeito pesquisado tenha a oportunidade de descrever suas características e também expressar seu ponto de vista sobre o que lhe é questionado.

Gil (2010, p. 121), ao caracterizar o questionário como uma,

[...] técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas como o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamentos presentes ou passados, etc.

Destaca que além da sua participação durante a pesquisa, podemos observar com que sensibilidade o participante respondeu ao questionário, relacionando o tema com a sua vivência diária. A temática estudada, por sua vez, tem um fundamento para a aplicação de perguntas abertas, pelo fato de ser um tema que necessita de uma análise aprofundada para compreender as contribuições da modalidade EJA para a formação pessoal e profissional dos alunos.

Uma das grandes vantagens das perguntas abertas é a possibilidade de o entrevistado responder com mais liberdade, não estando restrito a marcar uma ou outra alternativa. Isso ajuda muito o pesquisador quando ele tem pouca informação ou quer saber um assunto (RICHARDSON, 2012, p.195).

Dessa forma, compreendemos a importância de utilizarmos, no processo de coleta de dados, perguntas abertas, possibilitando ao sujeito da pesquisa liberdade diante das perguntas propostas no questionário, assim o interlocutor ficará à vontade para dar sua opinião sobre os questionamentos.

PERCEPÇÕES DE ALUNOS E PROFESSOR SOBRE A EJA

Para realizarmos o levantamento de dados, aplicamos um questionário ao professor e outro para os alunos da escola estadual participante da pesquisa, pois precisávamos conhecer os protagonistas e saber que conhecimentos eles tinham sobre a modalidade de ensino EJA. O questionário foi aplicado a treze alunos e um professor que voluntariamente aceitaram colaborar com a investigação. Esse instrumento foi elaborado a partir de nossas inquietações sobre a importância da EJA na vida dos alunos e professores que atuam nessa modalidade.

Sobre a motivação para retornar à escola, estudar na modalidade EJA, obtivemos a seguinte proporção de respostas: sete alunos responderam que é concluir a educação e ingressar no ensino superior, e seis deles responderam que era concluir o ensino médio e ingressar no mercado de trabalho. Conforme afirma a LDB nº. 9394/96 no Artigo 37º

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (LDB, 1996, p.15)

Em relação às motivações que levaram ao afastamento da escola, quatro disseram que por motivos próprios, cinco porque decidiram trabalhar ao invés de estudar, e os outros quatro não especificaram, somente responderam que por outras situações particulares. Segundo Pimenta (1997, p.5), “A reprodução é uma das principais causas que colaboram para explicar o fracasso escolar como também para demonstrar sua produção enquanto reprodução das desigualdades sociais, dessa forma são insuficientes para compreender as mediações que se opera a produção das desigualdades nas práticas pedagógicas e docentes que acontecem na organização da escola”. Com isso, compreendemos que para os alunos não havia outra opção em relação a manter-se nos estudos, pois existia uma motivação maior no momento que era trabalhar para o sustento própria e da família entre outros fatores, tal situação mostra o poder de reprodução de uma condição social que obriga o educando afastar-se da escola em busca de condições favoráveis de sobrevivência.

A questão sobre a avaliação das aulas, de treze alunos, quatro responderam bom, cinco responderam regular, quatro avaliaram como ótimo. Perrenoud (1999) afirma que a avaliação deve promover a invenção didática capaz de alimentar uma ação pedagógica inovadora. No âmbito do proeja, o educador deve buscar constantemente essa inovação, estando sempre atento às perspectivas e procedimentos de cada estudante.

Questionados sobre as dificuldades para acompanhar os estudos, as

atividades propostas em sala de aula, a formação e a prática de ensino dos seus professores, a atuação do poder público diante das demandas específicas da EJA, os alunos deram respostas similares e breves. Relataram que a maior dificuldade para acompanhar os estudos eram algumas disciplinas de que não gostavam e que achavam difíceis, entre elas, as mais citadas foram Português e Matemática.

Segundo Ponte (1994, p.2),

Para os alunos, a principal razão do insucesso na disciplina de matemática resulta desta ser extremamente difícil de compreender. No seu entender, os professores não a explicam muito bem nem a tornam fácil. Assim os alunos não percebem para que ela serve, nem por que são obrigados a estudá-la. Alguns alunos interiorizam mesmo desde cedo uma autoimagem de incapacidade em relação à disciplina. De modo geral, culpam-se a si próprios, aos professores, ou às características específicas da matemática.

A respeito do ensino de português, como língua culta há muitas questões que precisam ser consideradas, para que o aluno compreenda que é necessário adquirir, dominar e saber aplicar o conhecimento formal. Neste sentido, Antunes (2003), saliente que o aluno precisa saber por que está escrevendo, quem irá ler seu texto, para que haja a interação e função social de sua escrita e para que esses procedimentos sejam mais dinâmicos é recomendável o uso dos diversos gêneros textuais.

Ainda, segundo Travaglia (2000), nos cabe observar que o ensino de Língua Portuguesa seguiu e ainda segue, em alguns contextos uma concepção de linguagem que não privilegia, no processo de aquisição e no aprimoramento da língua materna, a história, o sujeito e o contexto, pautando-se, no repasse de regras e na mera nomenclatura da gramática tradicional.

Sobre o incentivo dos professores e suas atividades que estimulem aprendizado e desejo pelo estudo, somente um aluno relatou falta de incentivo e a mesmice dos conteúdos e atividades durante as aulas, os demais elogiaram e expressaram tamanha gratidão pelos professores, e que sempre estavam incentivando, e tentando, mesmo com poucos recursos, levar o melhor para a sala de aula.

Segundo as orientações da UNESCO (2000) sobre a EJA, ela infere que “A EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura.” Sendo assim, fica evidente que é imprescindível um ensino que contemple a aprendizagem e sucesso de todos os alunos; a insatisfação por parte de um aluno ou grupo de alunos deve viabilizar ao professor uma reflexão acerca de sua prática pedagógica em turma de EJA.

A respeito da questão sobre os professores serem habilitados a ministrar aulas em turmas da EJA, todos os participantes disseram que sim, que são capacitados,

porém que às vezes não conseguem acompanhar o raciocínio ou a forma de ensino do professor. Vilas Boas (2008, p.26) diz que

É importante que o aluno possa buscar seus caminhos de aprender e de demonstrar o que e como aprendeu. Não é uma busca solitária, angustiante, sofrida e desinteressante. Seus caminhos têm a presença constante do professor como orientador e encorajador. Não significa retirar a responsabilidade do professor e repassá-la ao aluno, mas ampliar o sentido do trabalho pedagógico, incluindo a participação do aluno.

Na opinião deles, a preocupação do governo com a formação escolar dos jovens e adultos, todos sem exceção de nenhum, responderam não ver incentivo do governo, e que a escola nem materiais didáticos tem, nem o livro ainda estava em mãos, porque não tinha chegado, sendo que já estavam encerrando o primeiro semestre letivo. Di Pierro et al, apud Haddad et al (2001, p.67) descreve que,

[...]a falta de incentivo político e financeiro por parte do governo federal levou os programas estaduais – responsáveis pela maior parte do atendimento a educação de jovens e adultos – a uma situação de estagnação ou declínio. Muitos municípios herdeiros de programas anteriormente realizados em convênio com a Fundação Educar foram obrigados a assumi-los com recursos próprios, muitas vezes, sem o necessário preparo gerencial e técnico.

Por sua vez, o professor envolvido na pesquisa contribuiu com informações sobre as configurações da prática pedagógica desenvolvida no cenário em análise. Assim, indicou que seleciona uma metodologia acertada, pois procura adequar os conteúdos trabalhados em sala com as vivências e o contexto histórico de cada um. Segundo Araújo (2006, p. 27):

A metodologia de ensino – que envolve os métodos e as técnicas – é teórico-prática, ou seja, ela não pode ser pensada sem a prática, e não pode ser praticada sem ser pensada. De outro modo, a metodologia de ensino estrutura o que pode e precisa ser feito, assumindo, por conseguinte, uma dimensão orientadora e prescritiva quanto ao fazer pedagógico, bem como significa o processo que viabiliza a veiculação dos conteúdos entre o professor e o aluno, quando então manifesta a sua dimensão prática.

Deste modo, vê-se que a atividade docente demanda organização e planejamento, de maneira que a metodologia empregada pelo professor provoque o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o um procedimento prazeroso, mas principalmente eficaz.

No que diz respeito à relação professor-aluno, respondeu que tenta ter uma relação amigável, pois, além dos conteúdos trabalhados, orientava sobre assuntos do dia a dia deles. Indicou que busca incentivar seus alunos de forma que percebam que, ao terminarem o ensino médio, podem ingressar na universidade, para assim adquirirem um bom emprego e ter sucesso na sua carreira profissional. A maneira como o professor se relaciona com seus alunos é chamado por Freire (2013, p.138) de “querer bem”, a respeito dessa relação o autor tece que,

Esta abertura ao querer bem não significa, na verdade, que, por que professor, me obrigo a querer bem a todos os alunos de maneira igual. Significa, de fato, que a afetividade não me assusta, que não tenho medo de expressá-la. Significa esta abertura ao querer bem a maneira que tenho de autenticamente selar o meu compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano.

Como desafios enfrentados, apontou a evasão escolar, já que, por não conseguirem conciliar o trabalho com os estudos, acabam desistindo; a falta de material didático e a falta de incentivo da família. A respeito dos fatores que contribuem para a ocorrência de evasão escolar, sobretudo, em turmas de EJA, Haddad (2002, p.89), destaca que

A evasão e a repetência apresentam-se como problemas educacionais generalizados, cujas razões relacionam-se a múltiplos fatores de ordem política, ideológica, social, econômica, psicológica e pedagógica e à ausência de metodologias de ensino que incorporem e articulem os conhecimentos dos quais os alunos são portadores.

Segundo o autor, o aluno e o professor de EJA não podem ser vistos como responsáveis única e exclusivamente pela evasão escolar, mas é preciso analisar o contexto em que estão inseridos e a partir deste verificar as possibilidades de um trabalho planejado para não existência do processo de evasão escolar. Tal planejamento contempla conhecer e refletir sobre a EJA, pensar numa organização curricular que almeja transformações significativas para as pessoas jovens e adultas que buscam nesta modalidade de ensino realizar ou concluir seus estudos.

Em linhas gerais, o docente expressou que a EJA é de grande importância para aprendizagem dos alunos, pois os conteúdos são bem relevantes, permitindo e facilitando a compreensão de todos, e que é uma oportunidade para aqueles que estão atrasados, ou que trabalham e não têm como harmonizar o ensino regular com seu cotidiano; é eficaz e sem dúvida um programa benéfico.

Fechamos a abordagem das percepções de alunos e professor de EJA, de uma escola localizada no semiárido piauiense, com a reflexão de Grifantti, Bertotti e Silva (2013, p. 12), onde mencionam que,

Ensinar requer uma exigência, uma vontade e uma busca constante fundamental, nas salas da EJA, o respeito aos saberes dos alunos. Neste espaço existe uma ampla relação entre o fazer e o pensar sobre o fazer que compõem a identidade do docente, mas que reflete na relação entre os discentes.

A presente reflexão nos permite lançar novos olhares para os protagonistas da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos, principalmente porque nos foi possível conhecer tal cenário, quem são seus participantes, de onde vem e onde desejam chegar. É visível os desafios que a comunidade escolar enfrenta para realizar uma prática pedagógica aceitável e significativa para todos; aonde há necessidade de se repensar a organização curricular através de uma proposta política pedagógica que abarque com os anseios apresentados por esta população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou identificar as dificuldades vivenciadas por alunos e professores no contexto escolar da modalidade EJA, como também refletir sobre algumas questões atreladas à importância desta modalidade de ensino na sociedade atual. Nesse sentido, é perceptível que a escola tem assumido um papel fundamental na sociedade contemporânea, onde tem proporcionado a libertação de seus protagonistas, buscando socializá-los e aproximar os mesmos, entretanto é necessário um ensino mais humanizado para que todos se sintam participantes desse processo e aprendam no dia a dia por meio de suas vivências e dos conhecimentos formais.

Os resultados dessa investigação evidenciam que a prática pedagógica do professor colaborador tem contribuído eficazmente no processo de ensino desses alunos, isso decorre do fato de que ele tem desenvolvido positivamente seu fazer docente, procurando sempre estimular e incentivar os discentes. Assim, o papel do professor é estabelecer diálogos com os estudantes inserindo-os em práticas sociais de leitura e escrita, porém a falta de recursos e alguns materiais essenciais influenciam nesse processo. Desta forma, percebe-se que há uma necessidade de políticas públicas e investimentos por partes do governo.

Concluimos que o intuito da Educação de Jovens e Adultos é desenvolver nos sujeitos jovens ou adulto o senso crítico, a capacidade de ler o mundo, além das habilidades e competências técnicas necessárias à vida em sociedade, ou seja, colaborar na formação e emancipação humana.

A pesquisa desenvolvida, apesar de ter sido realizada em apenas uma escola da rede estadual de ensino, é relevante para analisar e compreender, por meio da observação, os aspectos que influenciam direta ou indiretamente a promoção e o processo da Educação de Jovens e Adultos na cidade de Picos-PI. Os diferentes fatores que foram tratados neste texto são pontos que se perpetram no ambiente escolar, no cotidiano, entre o educador e os educandos, que em muitos momentos nos incomodam e nos estimulam à investigar sobre a temática.

REFERÊNCIAS

ALEMANHA. **Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos**. V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. V CONFINTEA. Hamburgo, Alemanha, Julho 1997.

ANTUNES, I. **Aula de Português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. (Série Aula; 1).

ARAUJO, J. C. S. Do quadro negro à lousa virtual: técnicas, tecnologia e tecnicismo. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações**. Campinas: Papirus, 2006. (p. 13-48).

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBN nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Constituição Federal de Brasil de 1988**. Brasília: Planalto do Governo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em 04.01.2020.

_____. Ministério da Educação e do Desporto/Conselho Nacional de Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5692/71**. Brasília, 1996.

_____. **Parecer CNE/CEB n.º 15/98**. Aprovado em 01 de junho de 1998. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio. Relatora: Conselheira Guiomar Namó de Mello. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB15_1998.pdf>. Acesso em: 06.01.2020.

_____. **Parecer CNE/CEB 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Relator(a) Conselheiro(a): Carlos Roberto Jamil Cury. Aprovado em: 10.05.2000. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acessado em 04.01.2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa** – São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2013.

FRIEDRICH et.al. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRIFANTTI, A. I. BERTOTTI, L. A. SILVA, Lisandra Pacheco da. Os desafios da EJA e sua relação com a evasão. In: **XIII Seminário “Escola e Pesquisa: um encontro possível”**. Polo RS. Parte I – 08/06/13. Parte II – 23 e 24/08/13. Parte III – 07/12/13. Universidade de Caxias do Sul. ISSN 2176 1434. Disponível em: https://upplay.com.br/restrito/nepso2013/uploads/Projetos_EJA/Trabalho/08_03_25_Artigo_-_Os_desafios_da_EJA_e_sua_relacao_com_a_evasao.pdf . Acessado em: 05.01.2020.

HADDAD, S. **Estado e educação de adultos (1964-1985)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

_____. **Educação de jovens e adultos no Brasil: 1986-1998**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2002.

LUDKE, M. ANDRÉ, M. **A Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PIERRO, M. C. Di. JOIA, O. RIBEIRO, V. M. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil: Caderno Cedes**. 2001.

PIMENTA, S. G. **Formação de Professores: Saberes da Docência e Identidade de Professores**.

São Paulo: V. 3, setembro 1997. P. 5-13.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PONTE, J.P. **Matemática**: Uma disciplina coordenada ao insucesso. NOESIS, n. 32, p. 24-26, 1994
Disponível em: <http://www.educ.efc.ul.pt/docentes/docs/pt94>. Acesso em: 16.09.2019.

POSSANI, L. F. P. **Base Epistemológica para a Construção de Currículos Emancipatórios para a EJA, na Perspectiva de Políticas Públicas**. São Paulo: V. 3, nº 1 2010. p. 18-26.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. - 3. ed. - 14. reimpr, São Paulo: 2012.

RODRIGUES, A. S., DANTAS, V. A. O. **A educação de jovens e adultos: (des) motivação e evasão escolar**. p.12. Disponível em: <file:///C:/Users/Win10/Downloads/4817-21154-1-PB.pdf>. Acesso em: 20.09.2019.

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. In: Revista Educação e Sociedade. Campinas, vol 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 06.01.2020.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

UNESCO. Manifesto 2000 UNESCO - Cultura da Paz. DHNET. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/bibpaz/textos/m2000.htm> e https://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/manifesto_2000_UNESCO_cultura_da_paz.pdf. Acessado em: 07.01.2020.

VASCONCELOS, C. S. **Avaliação da Aprendizagem**: Práticas de mudança por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 1998.

VIEIRA, M. C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos**. V.1. Aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

VILAS BOAS, B. M. F. **Virando a escola do avesso**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

acolhimento 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66

Acolhimento 56, 67

ACOLHIMENTO 56

Alfabetização 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 50, 55, 102, 104, 206, 221, 223, 228, 233, 234

Aluno adulto 68, 69, 70, 72, 74, 76, 78, 103

Alunos 3, 5, 33, 35, 37, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 99, 100, 102, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 127, 139, 141, 142, 151, 152, 153, 161, 172, 173, 174, 175, 181, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 212, 220, 221, 223, 224, 228, 231, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 250, 256, 257, 267, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304

Aprendizado 40, 55, 63, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 80, 81, 82, 83, 84, 94, 116, 148, 150, 151, 201, 202, 225, 226, 239, 242, 256, 277, 301

Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 14, 40, 49, 50, 51, 52, 55, 60, 62, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 91, 92, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 112, 113, 117, 127, 148, 153, 154, 167, 168, 173, 175, 195, 196, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 209, 210, 212, 213, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 232, 237, 239, 242, 243, 244, 247, 248, 251, 257, 274, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 301

Aprendizagem na EJA 98, 103

B

Base Nacional Comum Curricular 47, 135, 146, 168, 169, 172, 176, 177, 225, 229, 251, 252

C

competências 46, 49, 51, 167, 169, 172, 173, 174, 176, 197, 209, 223, 225, 226, 227, 236, 245, 250, 251, 256, 258, 294

Competências 168

Contexto político 155

Cultura do Açaí 14, 16, 20, 21, 23, 26, 27

Currículo 36, 60, 89, 93, 94, 98, 99, 101, 102, 103, 129, 172, 177, 179, 188, 189, 192, 195, 220, 229, 237, 275, 277, 281, 300, 304

D

Desenvolvimento Regional 14, 20, 23, 24, 25

Desinteresse 79, 80, 81, 83, 84, 114, 122, 139

Dificuldades 31, 44, 46, 47, 63, 68, 69, 74, 75, 77, 79, 81, 83, 84, 85, 106, 112, 127, 129, 155, 157, 203, 206, 207, 210, 212, 231, 233, 241, 245, 287, 294, 295, 302

Distrator 209, 215, 217, 218, 219

E

Educação Infantil 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 117, 169, 201, 208

Educacionais 3, 9, 37, 64, 93, 94, 140, 141, 144, 168, 174, 186, 195, 200, 201, 203, 211, 236, 237, 241, 244, 246, 254, 271, 278, 290, 298, 301, 302, 304, 306, 308

EJA 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 43, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 98, 99, 101, 102, 103, 179, 180, 181, 186, 187, 192, 231, 232, 233, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 279, 282

ENEM 140, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 298

Ensino 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 12, 32, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 112, 113, 114, 117, 118, 127, 135, 136, 138, 139, 140, 146, 150, 152, 153, 154, 162, 167, 169, 170, 172, 173, 175, 177, 179, 180, 181, 186, 187, 188, 190, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 209, 210, 212, 213, 221, 222, 223, 224, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 254, 257, 258, 259, 271, 272, 276, 279, 280, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 291, 293, 294, 301, 308

Ensino da arte 40, 41

Ensino Infantil 56, 60, 61, 62, 66

Ensino médio 10, 10, 12, 39, 43, 80, 91, 96, 135, 140, 169, 179, 181, 186, 187, 190, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 209, 221, 223, 226, 234, 238, 241, 243, 246, 250, 259, 279, 282, 283, 293, 294

Ensino Superior 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 241, 250, 254, 272

Erro 112, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 217, 218, 219, 220

Escola sem Partido 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Estudo colaborativo 40

Evasão escolar 10, 12, 238, 244, 247, 275, 277

F

Formação de Professores 1, 2, 3, 7, 38, 87, 89, 91, 92, 95, 96, 97, 165, 167, 169, 171, 174, 175, 177, 246, 251, 253, 254, 258, 259

Formação inicial e continuada de professores 87, 248, 251

G

Gênero 15, 17, 25, 29, 30, 35, 37, 38, 141, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 190

Gramsci 136, 137, 138, 144, 146

H

História oral 118

Homossexualidade 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 164

I

Inclusão 29, 31, 35, 37, 38, 40, 45, 85, 91, 103, 156, 161, 187, 202, 204, 207, 208, 235, 239, 300

Inglês 52, 148, 150, 151, 152, 153

Inteligência Coletiva 40, 41, 46, 47

J

Jogos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 83, 84, 86, 93, 105, 106, 107, 111, 112, 113, 116, 117, 148, 151

L

Letramento 1, 2, 3, 4, 5, 48, 49, 51, 55, 101, 103, 104, 170, 247

Letramento Digital 48, 51

M

Material Dourado 105, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116

Maternidade precoce 8, 9, 11

Melhoramento Genético 14, 16, 20, 21, 23, 24

Metodologias Padronizadas 194

Múltiplas linguagens 46, 48

N

Nova Identidade do Professor 168

Números Racionais 105, 106, 107, 114, 116

O

ONG 52, 126, 127, 128, 133, 136

Orientação sexual 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 159, 160, 162

P

Partido 124, 127, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 162, 163, 164

Pobreza 9, 10, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 130, 132, 133, 134

Políticas Públicas 29, 34, 38, 43, 89, 91, 118, 132, 133, 155, 156, 157, 158, 161, 163, 165, 166, 186, 196, 204, 232, 235, 237, 238, 245, 246, 247, 250, 269, 305, 306

Potencializador de aprendizagem 98

Práxis 35, 37, 87, 100, 198, 247, 301

Professores 1, 2, 3, 5, 7, 8, 33, 38, 49, 55, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 102, 112, 113, 139, 141, 142, 143, 163, 165, 167, 169, 171, 174, 175, 176, 177, 189, 190, 197, 201, 209, 212, 213, 220, 225, 231, 233, 237, 241, 242, 245, 246, 248, 251, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 275, 277, 281, 284, 285, 287, 290, 294, 295, 296, 297, 299, 300, 301, 302, 308

Profissão 81, 89, 95, 171, 174, 175, 179, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 253, 257

Projeto Jovem de Futuro 194, 195, 196

Psicologia 11, 24, 58, 67, 175, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 187, 191, 192, 193, 208

Q

QR code 105, 106, 107, 110

R

Reflexão 2, 5, 6, 7, 42, 48, 50, 59, 68, 74, 75, 77, 87, 88, 96, 143, 158, 161, 167, 172, 188, 189, 191, 192, 197, 198, 199, 207, 213, 221, 222, 225, 229, 230, 239, 242, 244, 251, 256, 257, 258, 278, 285, 286

Relação Público-Privado 194

S

Sensoriais 182, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207

Sexualidade 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 308

Smartphone 98, 99, 100, 102, 103

Socialização 4, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 206, 223, 235, 251

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 17, 36, 43, 44, 45, 51, 52, 53, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 111, 112, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 130, 131, 133, 138,

147, 149, 150, 152, 153, 157, 158, 159, 160, 167, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179,
181, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 195, 197, 199, 200, 202, 203, 210, 219, 221,
222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 234, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 246,
251, 252, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 279, 281, 282, 285, 287, 288, 290, 293,
294, 301, 302, 305

Transformações sociais 233

Transpessoal 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 191, 192, 193

W

Weber 136, 137, 138, 144, 147

 **Atena**
Editora

2 0 2 0